

---

# O RURAL PAULISTA

## muito além do agrícola e do agrário

**JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**

*Professor do Instituto de Economia da Unicamp*

**OTAVIO VALENTIM BALSADI**

*Analista da Fundação Seade*

**FLÁVIO PINTO BOLLIGER**

*Analista da Fundação Seade*

**MARIA ROSA BORIN**

*Analista da Fundação Seade*

**MARIA REGINA PARO**

*Analista da Fundação Seade*

A tese a ser desenvolvida neste artigo é a de que as tradicionais atividades produtivas agrícolas e pecuárias já não são suficientes para explicar a dinâmica do emprego e da população rural do Estado de São Paulo. É preciso incluir outras variáveis, como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de atividades intensivas (olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais, como rãs, canários, aves exóticas) que buscam "nichos de mercado" específicos para sua inserção econômica.

A atual crise agrícola – que se traduz basicamente na queda dos preços das principais *commodities*, como suco de laranja, café e grãos, e do valor dos imóveis rurais – impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Nesse contexto, ganham importância "novas atividades rurais" altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para um conjunto de pequenos produtores que já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

Este trabalho procurará comprovar essa tese. Na primeira parte, mostraremos o desempenho das atividades agrícolas e pecuárias; na segunda, das atividades agroindustriais; na terceira, as mudanças ocorridas nas propriedades agropecuárias; na quarta, a ocupação rural e a evolução do emprego agrícola; e na quinta, o crescimento das atividades não-agrícolas.

### DESEMPENHO DAS ATIVIDADES PECUÁRIAS E AGRÍCOLAS

As informações sobre a área onde se desenvolvem as atividades agropecuárias foram extraídas do Levantamento Objetivo e do Levantamento Subjetivo, ambos realizados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), cinco vezes no ano-safra: setembro, novembro, fevereiro, abril e junho. O Levantamento Objetivo baseia-se numa amostra de 3.622 imóveis sorteados do Cadastro do Incra e fornece, além de outros itens, a previsão de safra para as principais culturas. Já o Levantamento Subjetivo consta de um questionário por município do estado, aplicado por técnicos das Casas da Agricultura, segundo uma amostragem intencional de imóveis rurais. Serve para validar os dados do Levantamento Objetivo e para a previsão de safra das culturas e atividades não presentes naquele levantamento, como por exemplo as atividades de olericultura e reflorestamento.

Os dados da Tabela 1 mostram as taxas de crescimento anual das principais atividades agropecuárias no Estado de São Paulo nas duas últimas décadas. Nos anos 70, a área com culturas perenes cresceu mais de 5% ao ano, graças ao desempenho extraordinário dos preços da laranja no mercado internacional; enquanto a área com pastos naturais diminuiu drasticamente. Na década de 80, o crescimento das culturas permanentes foi bem menor, mas ainda expressivo (quase 1% a.a.); e as pastagens plantadas praticamente recuperaram as áreas perdidas no período anterior. Nos últimos anos, apenas as áreas com florestas plantadas e com pastos naturais vêm perdendo espaço na agropecuária paulista.

**TABELA 1**  
**Taxas Anuais de Crescimento das Principais**  
**Atividades Agropecuárias**  
**Estado de São Paulo – 1969-1992**

Atividades	Em % a.a.	
	1969-1980	1981-1992
<b>TOTAL DA ÁREA</b>	-	<b>(1) 0,4</b>
<b>Total Culturas</b>	<b>(1) 1,0</b>	<b>0,2</b>
Culturas Anuais	-0,2	-0,1
Culturas Perenes	(2) 5,3	(2) 1,0
<b>Total Pastagem</b>	<b>(2) -2,0</b>	<b>0,2</b>
Pastagem Natural	(2) -4,4	(2) -2,0
Pastagem Cultivada	(1) -0,7	(1) 1,0
Florestas Plantadas(3)	-	(2) -1,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola – IEA, 1994.

(1) Significativo a 5%.

(2) Significativo a 1%.

(3) As áreas de florestas plantadas só abrangem o período 1978-92.

É importante salientar que a área total ocupada com atividades agropecuárias no estado praticamente não sofreu alteração nos últimos anos. Pode-se dizer que as mudanças na composição das atividades agropecuárias nos anos 80 e 90 se fizeram através de um processo de substituição de culturas.

### Pecuária

Dentre as atividades agropecuárias, a área de pastagem é a mais expressiva, tendo ocupado, em 1995, quase 60% dos 17.823 mil hectares cultivados, segundo os dados da Tabela 2. Conforme salientado anteriormente, esta atividade apresentou uma taxa de crescimento significativa a partir de 1981, ocupando 8.316 mil hectares em 1995. Por outro lado, as pastagens naturais decresceram 30% no período 1983-95, cedendo espaço tanto para as pastagens cultivadas quanto para as culturas anuais e perenes, atividades mais rentáveis e intensivas.

O crescimento da área de pastagens plantadas reflete as profundas mudanças na atividade pecuária bovina no Estado de São Paulo, nas últimas décadas, entre as quais se destacam:

- primeiro, o crescimento físico do rebanho que passou de 11,6 milhões de cabeças, em 1982, para 12,6 milhões, em 1992, segundo os últimos dados disponíveis da pesquisa Produção da Pecuária Municipal (PPM) do IBGE. Esse crescimento de 0,8% a.a. foi o maior da região Sudeste e também maior que o da região Sul do país, ficando abaixo do Centro-Oeste, onde o rebanho cresceu a uma taxa de 3,9% a.a. no mesmo período, e do Nordeste, onde a pecuarização (substituição de culturas tradicionais por

pastagens) se tornou um fenômeno alarmante, pelo impacto sobre população ocupada na agricultura (Carrer, 1995);

- segundo, a mudança qualitativa da atividade pecuária, com a melhoria da qualidade das pastagens, que possibilitou a elevação do padrão genético do gado, destacando-se os cruzamentos industriais a partir do uso de reprodutores de raças melhoradas; o aparecimento de uma atividade nova, altamente intensiva e tecnologicamente sofisticada, que é a própria criação e melhoramento de raças puras; o crescimento da atividade de confinamento, tanto por parte de pecuaristas tradicionais, como por parte de novos produtores (muitos de origem urbana), aproveitando-se da disponibilidade de subprodutos agroindustriais como a ponta de cana, bagaço de laranja e a cama de frango;

- terceiro – e talvez a mais importante – a mudança no padrão de comportamento dos pecuaristas. A grande instabilidade financeira vigente nos anos 80, ancorada na melhoria das pastagens e do padrão genético dos animais e no crescimento da atividade de confinamento, praticamente anulou o tradicional comportamento cíclico dos preços do boi gordo. Com isso, a retenção ou não de animais no pasto passou a ser guiada pelo comportamento dos ativos financeiros, incluído o próprio mercado de animais de reposição, o que deu origem a uma atividade produtiva de caráter fortemente especulativa. É importante salientar que esse novo padrão de comportamento dos pecuaristas só foi possível graças às mudanças tecnológicas que propiciaram a base material a essa "especulação produtiva" (Mielitz, 1994).

De acordo ainda com Carrer, "com a instabilidade econômica, os produtos intermediários (bezerro desmamado, garrote, boi magro, novilha) ganharam importância (...) incentivando um processo de verticalização e fazendo com que as empresas buscassem implantar, pelo menos mais uma fase de produção" (Carrer, 1995:12).

O principal resultado dessas mudanças na atividade pecuária nos anos 80 foi o tão sonhado encurtamento do tempo de abate e a melhoria da taxa de desfrute do rebanho paulista. Esta taxa traduz a relação entre o número de animais anualmente abatidos e o efetivo total do rebanho. No Estado de São Paulo, é superior a 18% (a média nacional é de 13%), segundo estimativas do Centro Nacional de Gado de Corte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A pecuária paulista deixou de ser o reduto dos grandes latifúndios atrasados para converter-se num ramo moderno do ponto de vista produtivo (ainda que se mantenha como o bastião do conservadorismo agrário, segundo Pessanha, 1995), com forte presença de segmentos de pequenos e médios produtores. Esses produtores, muitos dos quais sem

tradição anterior na atividade pecuária e alguns até mesmo de origem urbana (comerciantes, por exemplo), foram atraídos pela facilidade de entrada e saída que a atividade oferece atualmente. Isso decorre da menor escala exigida para se ingressar na atividade (pode-se até mesmo alugar vacas de cria ou bois de engorda) em função da proliferação de mercados secundários mais livres, como os leilões, por exemplo.

Além da bovinocultura de corte e leite, a avicultura e a suinocultura têm participação importante na produção agropecuária do estado. A avicultura consolidou-se como parte de um importante complexo integrado de granjas, abatedouros, fábricas de ração e pintos de um dia, atividades impulsionadas tanto pelo aumento do consumo interno da carne de frango quanto pelas exportações. A suinocultura tem-se consolidado, também, como produtora de matrizes e reprodutores e vem apresentando grande avanço tecnológico, propiciado por investimentos no setor.

Nos anos recentes, os padrões técnicos de eficiência nessas atividades têm-se alterado em favor de unidades de escala cada vez maior. Frente aos novos padrões, a criação de suínos com poucas matrizes, mesmo com milho próprio, tem-se mostrado cada vez mais inviável. As novas granjas são integradas à produção de soja e milho em larga escala e produzem sua própria ração, valendo-se de máquinas extrusoras de pequeno porte, hoje disponíveis no mercado. Essa tendência questiona o modelo de integração com pequenos produtores e favorece o deslocamento da atividade para o Centro-Oeste.

### Atividade Agrícola

Com uma área cultivada de 5.319 mil hectares, as culturas anuais (temporárias) representavam 30% da área total do estado, em 1995. Entre 1983 e 1995, as culturas anuais que cederam área para outros cultivos foram algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, mandioca, tomate ras-teiro e trigo. Como a área total ocupada por culturas anuais (temporárias) não sofreu mudança tão drástica (até aumentou um pouco), algumas culturas compensaram essas perdas, como é o caso, principalmente, da cana-de-açúcar, além de outras de menor escala, como o abacaxi e o tomate envarado. Nesse período, as áreas cultivadas com batata, cebola, milho e soja praticamente mantiveram-se constantes, apesar de pequenas oscilações (Tabela 2).

A área ocupada com culturas perenes totalizou 1.228 mil hectares, cerca de 7% da área total cultivada, participação menor do que a registrada em 1983 (8,7%). O principal fator responsável por esta retração, nos últimos anos, tem sido uma redução extremamente signifi-

**TABELA 2**  
Área Cultivada e Participação Relativa das  
Principais Atividades Agropecuárias  
Estado de São Paulo – 1983-1995

Principais Atividades	1983		1995	
	Área Cultivada (Em 1.000 ha)	%	Área Cultivada (Em 1.000 ha)	%
<b>Total</b>	<b>18.017</b>	<b>100,0</b>	<b>17.823</b>	<b>100,0</b>
Culturas Anuais	5.096	28,3	5.319	29,8
Culturas Perenes	1.565	8,7	1.228	6,9
Olerícolas	37	0,2	71	0,4
Reflorestamento	1.064	5,9	879	4,9
Pastagem Natural	2.883	16,0	2.010	11,3
Pastagem Cultivada	7.372	40,9	8.316	46,7

Fonte: Instituto de Economia Agrícola – IEA; Camargo et alii (1995).

cativa da área ocupada pela cultura de café, devido a problemas fitossanitários, geada e queda dos preços internacionais. Também houve redução da área plantada com culturas de goiaba, mamão e tangerina. Em contrapartida, tiveram expansão as áreas de cultivo perene de banana, laranja, limão, manga e seringueira, com maior destaque para a laranja e a seringueira, impulsionadas pelo desempenho de suas agroindústrias processadoras.

Nas atividades de reflorestamento, também houve redução da área plantada da ordem de 17,5%, no período 1983-1995. Atualmente, estas atividades respondem por apenas 5% (879 mil hectares) da área cultivada no estado.

Merece destaque o crescimento da área ocupada com olerícolas no período 1983-95 (92%). Apesar de responderem por apenas 0,4% da área total, essas culturas caracterizam-se pelo uso intensivo de mão-de-obra em modernos sistemas produtivos (plasticultura e hidroponia) e constituem uma importante alternativa de renda para os agricultores paulistas.

Uma característica importante da agricultura paulista, que tem permanecido relativamente inalterada nas últimas duas décadas, é a concentração da área cultivada e da produção em poucas regiões. As Diras com maior participação na área cultivada das principais culturas são Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto, São Carlos e Bauru (Camargo et alii, 1995).

Esse comportamento é semelhante também para as olerícolas (que estão concentradas nas regiões de Sorocaba e Campinas), além das culturas da seringueira, do chá e de frutíferas como o abacaxi, banana, goiaba, morango e uva, que apresentam um perfil regional muito significativo.

A concentração da produção tem reflexos importantes sobre a demanda da força de trabalho agrícola no estado.

As Diras já mencionadas têm respondido, nos últimos anos, por cerca de 70% do total do emprego agrícola, consideradas as 46 principais culturas (Fundação Seade, 1995). Também na distribuição da demanda da força de trabalho agrícola por cultura, que será analisada posteriormente, pode-se observar uma concentração em poucas atividades.

## ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS

As alternativas de séries estatísticas, passíveis de serem organizadas em complexos agroindustriais, são poucas e bastante problemáticas. Negri Neto (1995) faz uma análise da distribuição regional dos estabelecimentos agroindustriais no Estado de São Paulo, a partir de dados do Cadastro Geral de Contribuintes de 1978 e do Cadastro da Cetesb de 1989. Procedimento similar foi adotado aqui para obtenção de informação para 1995, usando-se dados do Cadastro de Empresas Empregadoras do Ministério do Trabalho. Essas informações estão reunidas na Tabela 4, porém, numa categorização mais restrita e agregada.<sup>1</sup>

A Tabela 4 mostra as taxas anuais de crescimento da produção de segmentos agroindustriais selecionados e de suas principais matérias-primas, calculadas a partir dos índices de produção física da agroindústria derivados da PIM-PF/IBGE; as taxas relativas à produção agropecuária tiveram como base os dados do IEA e da PAM/IBGE. A mesma tabela incorpora ainda informações sobre o valor da produção agropecuária, o que permite a comparação da importância relativa de cada um dos ramos considerados.

A comparação de informações de cadastros distintos deve ser tomada com restrições em decorrência das diferenças dos critérios de levantamento e método de atualização dos dados. Por outro lado, o levantamento PIM/PF baseia-se num painel fixo, construído a partir do levantamento censitário de 1980, para o qual não houve uma atualização sistemática. Isto pode ter levado a distorções nos indicadores agroindustriais, dependendo do nível de reestruturação empresarial do setor considerado. Por esses motivos, a análise será restrita ao conjunto dos dados disponíveis para o Estado de São Paulo e, sempre que possível, buscará referências em estudos setoriais.

Vista como um todo, a produção agroindustrial paulista apresentou crescimento entre 1981 e 1993. O processamento de produtos da agricultura expandiu-se a uma taxa de 0,9% a.a. e o de produtos pecuários a 1,3% a.a. Esse desempenho decorreu do peso e comportamento de algumas de suas principais atividades: açúcar e álcool, suco de laranja, café, papel e celulose, leite e laticínios e aves (Tabela 4).

Por outro lado, registrou-se uma diminuição importante do número de estabelecimentos. Contribuem para esse comportamento principalmente os ramos de beneficiamento de grãos e de fibras têxteis e a fabricação de aguardentes e óleos (Tabela 3).

Esse último resultado é coerente com a diminuição da produção da maioria dos grãos, trigo (-8,0 a.a.), soja (-0,4% a.a.), arroz (-3,3% a.a.), amendoim (-6,3% a.a.) e algodão (-5,0% a.a.), e do café (-6,6% a.a.).

Observa-se diminuição também na produção da agroindústria do algodão (-1,2% a.a.), da soja (-2,2% a.a.) e de milho e rações (-0,7% a.a.). Já as agroindústrias do trigo, baseada em matéria-prima importada, e do café cresceram, respectivamente, 1,2% e 0,9% a.a.

Esses dados sugerem o deslocamento de algumas agroindústrias para fora do estado (algodão e soja), combinado a um processo de concentração da produção agroindustrial (café e trigo). Pequenos estabelecimentos de atuação local, como os de beneficiamento simples de grãos e fabricação de aguardente, dão lugar a plantas maiores e com atuação mais ampla, inclusive valendo-se de matéria-prima vinda de outros estados.

A agroindústria do café teve de se adaptar às alterações de mercado decorrentes da suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, em julho de 1989, o que provocou acentuada queda de preços do produto nos anos subsequentes.

As modificações ocorridas redundaram em enormes perdas para os cafeicultores e exportadores. A aquisição de café verde pelas grandes torrefadoras vem mudando o perfil da comercialização do produto no âmbito interno. A supressão de intermediários no percurso da transformação do produto passa a ser uma condição para que ele se mantenha competitivo e um fator de oportunidades (Vegro, 1994).

Segundo Belik (1994:13), “depois da desregulamentação (1990) a indústria moageira de trigo começou a mudar rapidamente. Muitas ‘trading companies’ estão agora investindo nesta atividade, substituindo o governo no suprimento do trigo e buscando integrar elos da cadeia a jusante. Como consequência, os preços estão caindo rapidamente e as companhias tradicionais estão perto do colapso. Por outro lado, novos capitais entraram nesse setor saturado como companhias independentes ou como resultado de integração para trás.”

Como já foi dito anteriormente, a redução da produção de alguns ramos agroindustriais e da maioria das culturas teve como contrapartida incrementos verificados na produção das agroindústrias de cana-de-açúcar (1,6%), laranja (5,4%) e papel e celulose (2,9%) e na produção agrícola de cana-de-açúcar (5,8%), laranja (4,2%) e látex (34%).

**TABELA 3**  
**Número de Agroindústrias, por Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), segundo Atividades Seleccionadas**  
**Estado de São Paulo – 1978-1995**

Agroindústrias	Anos(2)	DIRAs (1)														Total
		2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14		
<b>Total A (3)</b>	<b>1978</b>	<b>128</b>	<b>384</b>	<b>426</b>	<b>1.836</b>	<b>406</b>	<b>246</b>	<b>853</b>	<b>343</b>	<b>376</b>	<b>174</b>	<b>200</b>	<b>189</b>	<b>268</b>	<b>5.829</b>	
	<b>1989</b>	<b>131</b>	<b>329</b>	<b>329</b>	<b>1.736</b>	<b>184</b>	<b>222</b>	<b>276</b>	<b>227</b>	<b>280</b>	<b>187</b>	<b>103</b>	<b>60</b>	<b>136</b>	<b>4.200</b>	
	<b>1995</b>	<b>231</b>	<b>619</b>	<b>347</b>	<b>1.258</b>	<b>361</b>	<b>232</b>	<b>310</b>	<b>159</b>	<b>246</b>	<b>128</b>	<b>107</b>	<b>69</b>	<b>202</b>	<b>4.269</b>	
<b>Total B (4)</b>	<b>1989</b>	<b>136</b>	<b>440</b>	<b>414</b>	<b>2.038</b>	<b>252</b>	<b>278</b>	<b>315</b>	<b>250</b>	<b>298</b>	<b>208</b>	<b>125</b>	<b>88</b>	<b>162</b>	<b>5.004</b>	
	<b>1995</b>	<b>243</b>	<b>665</b>	<b>407</b>	<b>1.450</b>	<b>412</b>	<b>282</b>	<b>352</b>	<b>179</b>	<b>276</b>	<b>141</b>	<b>129</b>	<b>88</b>	<b>234</b>	<b>4.858</b>	
Beneficiamento de Borracha	1989	0	3	3	6	1	0	5	1	0	1	0	5	0	25	
	1995	2	3	1	7	1	0	7	1	0	1	0	0	0	23	
Couros	1978	2	9	18	66	37	13	9	10	12	4	3	3	4	190	
	1989	1	5	1	31	30	18	2	6	8	6	1	2	2	113	
	1995	4	20	20	46	40	18	10	11	13	6	1	2	10	201	
Óleos e Gorduras	1989	2	3	7	25	2	7	5	2	1	0	0	0	3	57	
	1995	2	8	3	13	1	5	3	0	2	1	0	1	2	41	
Beneficiamento de Fibras Textéis	1978	1	37	10	266	6	3	6	7	13	2	1	1	3	356	
	1989	0	21	10	144	10	4	13	2	10	0	0	3	5	222	
	1995	9	55	17	115	18	14	4	1	9	3	2	3	6	256	
Beneficiamento, Moagem e Torrefação	1978	50	115	256	550	246	146	711	252	258	121	159	135	173	3.172	
	1989	42	84	127	442	51	93	173	134	135	115	69	21	61	1.547	
	1995	73	156	129	318	114	73	156	81	110	58	68	35	83	1.454	
Conservas	1978	25	31	13	152	19	6	13	8	10	4	2	6	10	299	
	1989	25	29	25	124	14	12	14	6	6	11	5	4	14	289	
	1995	32	37	22	96	25	17	14	8	10	2	2	0	11	276	
Abate e Frigoríficos	1978	4	58	43	218	32	26	55	18	24	5	10	10	13	516	
	1989	12	59	52	253	17	36	26	20	39	12	8	8	16	558	
	1995	29	101	50	213	72	40	40	19	30	11	14	2	41	662	
Leite e Laticínios	1978	1	22	18	54	14	9	14	13	19	9	9	10	7	199	
	1989	3	27	42	83	14	7	23	26	19	15	6	9	12	286	
	1995	13	43	29	60	15	9	23	14	21	12	9	10	6	264	
Açúcar	1978	2	0	3	43	20	8	3	1	0	1	4	2	13	100	
	1989	2	0	3	30	18	6	4	0	1	1	4	2	9	80	
	1995	5	30	13	76	11	9	14	4	8	8	3	2	5	188	
Alimentos Diversos (Inclusive Rações)	1978	43	112	65	487	32	35	42	34	40	28	12	22	45	997	
	1989	46	104	69	629	30	46	21	33	62	27	10	11	17	1.105	
	1995	66	177	67	334	66	52	49	21	45	28	8	15	40	968	
Bebidas	1989	3	105	75	271	65	49	29	20	17	20	22	23	23	722	
	1995	8	35	56	172	49	45	32	19	28	11	22	18	30	525	

**Fonte:** Fundação Seade; Ministério da Fazenda. Cadastro Geral de Contribuinte; Companhia de Tecnologia Saneamento Ambiental - Cetesb; Ministério do Trabalho. Cadastro de Empresas Empregadoras; Negri Neto (1995).

(1) Relação das DIRAs: 2- Registro; 3- São José dos Campos; 4- Sorocaba; 5- Campinas; 6- Ribeirão Preto; 7- Bauru; 8- São José do Rio Preto; 9- Araçatuba; 10- Presidente Prudente; 11- Marília; 12- Vale do Paranapanema; 13- Barretos; 14- São Carlos.

(2) Para 1995, os dados referem-se a fevereiro.

(3) Inclui apenas as Agroindústrias para as quais há possibilidade de dados para os três anos considerados: 1978, 1989 e 1995.

(4) Inclui todas as Agroindústrias analisadas.

**TABELA 4**  
Taxa Anual de Crescimento da Produção Física  
Agroindustrial e Agropecuária (Matérias-Primas Principais)  
e Valor da Produção Agropecuária  
Estado de São Paulo – 1980 -1995

Agroindustrial/ Produto Agropecuário	Produção Agroindustrial Taxa (1) % a.a.	Produção Agropecuária		
		Taxa (2) % a.a.	Valor (1994)	
			US\$ milhões	%
<b>TOTAL</b>	...	...	<b>4.095</b>	<b>100,0</b>
<b>Derivados da</b>				
<b>Agricultura (3)</b>	<b>0,9</b>	...	<b>3.456</b>	<b>84,4</b>
Cana-de-Açúcar	1,6	5,8	1.575	38,5
Laranja	5,4	4,2	657	16,04
Café	0,9	-6,6	573	14,0
Milho	-0,7	1,9	222	5,4
Soja	-2,1	-0,5	174	4,3
<b>Derivados da</b>				
Papel e Celulose/ Silvicultura	2,9	...	137	3,3
Algodão	-1,1	-5,0	70	1,7
Arroz	...	-3,3	28	0,7
Amendoim	...	-6,3	18	0,4
Trigo	1,2	-8,0	2	0,1
Borracha	...	34,1	...	...
Uva	-2,3	-6,8	...	...
Fumo	-3,1	-10,3	...	...
<b>Derivados da</b>				
<b>Pecuária (3)</b>	<b>1,3</b>	...	<b>639</b>	<b>15,6</b>
Carne Bovina	-2,4	-0,4	397	9,7
Leite e Laticínios	2,3	0,9	242	5,9
Aves	3,1	2,7	221	5,4
Carne Suína	-6,0	4,3	78	1,9
Lã	4,6	...	...	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola – IEA; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.

(1) Variação entre os triênios 81/82/83 e 91/92/93.

(2) Variação entre os triênios 80/81/82 e 93/94/95.

(3) A taxa de crescimento da produção agroindustrial considera outros ramos de menor importância, além dos aqui relacionados.

Observa-se um aumento significativo das unidades agroindustriais dedicadas à produção de açúcar e, em menor grau, daquelas que produzem álcool etílico. A variação do número de estabelecimentos de beneficiamento de borracha foi pouco expressiva e o dado da atividade de conservas não é adequado para qualquer indicação a respeito do ramo de suco de laranja nele incluído.

A análise da agroindústria de carnes é particularmente prejudicada pela precariedade das estatísticas disponíveis. Afora os problemas metodológicos, conta para isso o nível de sonegação fiscal em que opera o setor, que resulta no caráter parcial das informações por ele prestadas. Medidas para praticamente o mesmo período, a taxa de crescimento anual da agroindústria de suínos apurada a

partir da PIM/PF é fortemente negativa (-6%), enquanto a taxa de abate de suínos no levantamento subjetivo do IEA é fortemente positiva (4%). Especialistas consultados confirmam a expansão dessa atividade no estado (Tabela 4). Observa-se, ainda, decréscimos na produção agroindustrial e na produção de carne bovina (-2,5% e -0,4%). Já os desempenhos da agroindústria de aves e da avicultura são positivos (3,1% e 2,7%, respectivamente).

Os dados da Tabela 3 registram o crescimento do número de estabelecimentos de abate e frigoríficos. Assim, não refletem a migração da agroindústria de carne por motivos fiscais. Note-se que essa migração tem sido mais vinculada ao abate e processamento bovino do que ao de aves e suínos.

Nos anos 80, a indústria processadora de carne bovina iniciou o fluxo migratório para o Centro-Oeste, seguindo o avanço da atividade agropecuária na região e aproveitando os benefícios e incentivos fiscais de programas estaduais, como mostra Carrer (1995):

“A produção dessas regiões começou a concorrer com as mais tradicionais do Estado de São Paulo, tanto no momento da compra do boi como na venda da carne, ocasionando uma queda no diferencial de preços paulistas em relação aos dos outros Estados. Tal competição acirrou a disputa pelos Estados pela manutenção das suas empresas instaladas ou em fase de implantação, tornando a questão da tributação e a conseqüente ‘guerra fiscal’, o grande debate no setor para o final dos anos 80 e início dos 90.” (Carrer, 1995:15).

“A aparente estabilidade do real tirou a rede protetora que a inflação propiciava e costumava ser suficiente para amortecer as ineficiências de toda a ordem. Analistas do setor indicam um alto grau de obsolescência dos grandes abatedouros, sendo que começam a ser suplantados por unidades menores e mais ágeis, distribuídas regionalmente.” (Carrer, 1995:27).

Os dados das Tabelas 3 e 4 indicam ainda um crescimento importante da pecuária leiteira (5,8% a.a.) no estado, assim como da indústria processadora, seja na produção (1,6%), seja no número de estabelecimentos.

Segundo Vegro e Sato (1995), antes de 1990, predominavam na agroindústria de leite e laticínios processadores atomizados de atuação regional. A partir da desregulamentação do setor e do surgimento do Mercosul, intensificou-se um processo de fusões e aquisições capitaneado por empresas transnacionais. A expansão do domínio de mercado das grandes empresas e cooperativas deve ter impacto na organização e localização dessa atividade.

Em relação à distribuição das agroindústrias nas Diras, verifica-se que alguns setores tiveram alterações significativas. Por um lado, houve redução do número de unidades de beneficiamento, moagem e torrefação, com re-

flexo em quase todas as Diras; de fibras têxteis, especialmente na Dira de Campinas; e de bebidas, em Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Marília. Por outro lado, houve aumento nos setores de leite e laticínios, com destaque para São José dos Campos, Sorocaba e São José do Rio Preto; e de açúcar, em Campinas e São José dos Campos.

As Diras com grande variação negativa foram Campinas, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília, Vale do Parapanema, Barretos e São Carlos. Apresentaram aumento do número de agroindústrias as Diras de São José dos Campos e Registro, ambas nos setores de beneficiamento e moagem e torrefação, abate, leite e laticínios, açúcar e alimentos diversos. Na Dira de Bauru a perda em beneficiamento, moagem e torrefação foi compensada por ganhos na maioria das outras agroindústrias.

Conforme assinala Negri Neto (1995:69), “a variável número de agroindústrias não é suficiente para caracterizar a importância entre as Diras ... (e sua redução) não significa enfraquecimento do setor.” Como vimos anteriormente, o processo de reestruturação dos setores com ganhos de eficiência pode se dar ou com a concentração em um número menor de plantas (café e trigo), ou com dispersão em unidades menores e mais ágeis (abate e frigoríficos). Se esses dados de cadastros refletem, em alguma medida, um movimento efetivo, este se traduz no grande dinamismo experimentado pela agroindústria paulista, nos últimos 15 anos.

A emergência dos complexos agroindustriais para a articulação de interesses de inúmeros ramos agropecuários, industriais e comerciais é uma das marcas do desenvolvimento paulista do período. O desenvolvimento da agroindústria orientou o reordenamento das atividades agropecuárias e induziu mudanças de grande impacto no padrão tecnológico agropecuário e na organização da produção no meio rural. O fenômeno da industrialização e desenvolvimento urbano do interior do estado pode, inclusive, ser creditado, em grande medida, ao crescimento do setor agroindustrial.

Hoje o setor está consolidado e já não encontra uma base de crescimento extensivo na produção agropecuária do estado. Em que pese a importância da agroindústria de São Paulo, outras regiões do país são hoje mais atrativas para muitos dos novos investimentos e para expansão do setor agroindustrial. Pelo menos num horizonte de médio prazo, não são previstos movimentos importantes de realocação de seus diversos ramos nas fronteiras do estado, nem impactos significativos de reestruturação agropecuária. Assim, nada indica que venha a desempenhar o mesmo papel que teve no passado, na dinâmica futura da população rural do estado.

## MUDANÇAS NAS PROPRIEDADES AGROPECUÁRIAS

No final de 1994, a Fundação IBGE começou a divulgar alguns resultados preliminares da amostra em que se baseia a Pesquisa de Previsão e Acompanhamento de Safras (Prevs) para os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Essas informações econômicas foram obtidas com a mesma metodologia utilizada para as estimativas de previsão de safras,<sup>2</sup> cuja coleta de dados é baseada em um sistema de amostras probabilísticas.<sup>3</sup>

Os dados da Tabela 5 mostram a participação relativa das despesas e receitas totais nos estabelecimentos agropecuários. Antes de mais nada, é preciso destacar a surpreendente queda do valor total das despesas pagas no período 1985-93. Consulta realizada junto a técnicos do próprio IBGE sobre os dados socioeconômicos da Prevs nos leva a tratá-los com bastante cautela, mas uma possível explicação para o fato é a diferença do patamar inflacionário. Em 1985, os preços subiram cerca de 200% ao longo do ano, enquanto em 1993 tinham subido quase oito vezes até setembro, época do levantamento da Prevs. Como os informantes não necessariamente atualizam monetariamente as informações prestadas, pode-se supor que os dados de 1993 estão subestimados relativamente aos de 1985, o que poderia explicar a queda generalizada das despesas dos estabelecimentos agropecuários. Por isso, a cautela nos faz ressaltar apenas os dados que apresentaram crescimento ou queda muito fortes no período 1985-93.

Os itens que mais cresceram foram os juros e despesas bancárias – que passaram de 5% para 15,3%, no período 1985-93 – e os que mais diminuíram relativamente foram as despesas com o arrendamento e a parceria (que denominamos pagamento da renda da terra), impostos e taxas e o pagamento dos serviços de empreitada que, no caso, engloba mão-de-obra, máquinas e equipamentos.<sup>4</sup>

O crescimento das despesas bancárias já era esperado diante da grande instabilidade financeira do período considerado. Ainda que a magnitude do crescimento seja assustadora, nunca é demais lembrar que os dados de 1993 podem estar subestimados em relação aos de 1985. Ou seja, o crescimento das despesas bancárias deve ter dobrado no período 1985-93.

A queda no valor das empreitadas está, sem a menor dúvida, associada à brutal redução dos salários pagos aos trabalhadores rurais (Tabela 6) no Estado de São Paulo como um todo. Para todas as categorias de trabalhadores rurais houve significativa redução salarial, no período 1985-94. Nos anos de 1993 e 1994, houve uma pequena recuperação dos salários, que chegaram próximos aos

**TABELA 5**  
Participação Relativa das Despesas e Receitas Totais  
dos Estabelecimentos Agropecuários  
Estado de São Paulo – 1985-1993

Despesas e Receitas	1985		1993		Variação Real %
	US\$ 1.000 (1)	%	US\$ 1.000 (1)	%	
<b>Despesas</b>	<b>2.756</b>	<b>100,0</b>	<b>1.756</b>	<b>100,0</b>	<b>-36,3</b>
Salários Pagos	510	18,5	362	20,6	-29,1
Renda da Terra	198	7,2	42	2,4	-78,8
Azubos e Corretivos	364	13,2	254	14,5	-30,0
Sementes e Mudanças	85	3,1	42	2,4	-50,7
Defensivos Agrícolas	163	5,9	100	5,7	-38,5
Medicamentos					
Animais	50	1,8	63	3,6	27,4
Alimentação Animal	259	9,4	107	6,1	-58,7
Serviços de					
Empreitada	201	7,3	49	2,8	-75,6
Juros e Despesas Bancárias	138	5,0	268	15,3	94,9
Impostos e Taxas	94	3,4	21	1,2	-77,5
Combustíveis e Lubrificantes	218	7,9	147	8,4	-32,3
Outras	477	17,3	298	17,0	-37,4
<b>Receitas</b>	<b>4.668</b>	<b>100,0</b>	<b>2.354</b>	<b>100,0</b>	<b>-49,6</b>
Venda de					
Produtos Vegetais	3.394	72,7	1.534	65,2	-54,8
Venda de					
Produtos Animais	1.092	23,4	593	25,2	-45,7
Serviços Prestados	23	0,5	195	8,3	736,9
Outras	159	3,4	30	1,3	-80,7

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário de 1985 e Prevs de 1993.  
(1) Valores constantes de 1993, deflacionados pelo índice de preços ao consumidor nos EUA.

**TABELA 6**  
Salários Rurais, segundo Categoria do Trabalhador  
Estado de São Paulo – 1985-1994

Categorias	1985	1990	1993	1994
Administrador (1)	391	281	267	280
Tratorista (1)	257	178	158	162
Capataz (1)	256	183	184	183
Mensalista (1)	195	125	118	114
Diarista a Seco (2)	7	5	4	5
Volante (2)	8	6	5	6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola – IEA.

(1) Em reais/mês.

(2) Em reais/dia.

Nota: Os dados referem-se ao mês de novembro e foram corrigidos para abril de 1995, utilizando-se o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

valores de 1990, com exceção das categorias tratorista e mensalista, mas num patamar ainda muito inferior ao registrado no ano de 1985.

É interessante ressaltar que as despesas com salários pagos aumentaram em termos relativos no período 1985-93, ainda que o salário de todas as categorias de trabalhadores rurais tenha se reduzido. Isso significa que cresceu muito o assalariamento na agricultura paulista, confirmando as mesmas tendências para o Brasil.<sup>5</sup>

Nos dados da Tabela 5 é surpreendente a grande redução dos pagamentos relativos à renda da terra. Essa indicação – acrescida da despesa com pagamento de parceiros (incluído no item Outros), que permaneceu praticamente a mesma no período (2%) – contradiz as notícias de um grande aumento nos contratos de arrendamento nas áreas de cana-de-açúcar em todo o estado, especialmente com pequenos e médios produtores. Esse tipo de contrato, considerado juridicamente como uma "falsa parceria", tornou-se na verdade uma "alternativa" de sobrevivência da pequena produção nas regiões canavieiras, uma vez que os pequenos proprietários arrendam as melhores terras para a expansão das usinas e retêm as terras consideradas impróprias para o plantio da cana para outras atividades, como a pecuária de corte intensiva (confinamento a céu aberto).

A queda das rendas pagas reflete-se no item referente a outras receitas do produtor rural, as quais reduziram-se, assim como a venda de produtos vegetais, dada a queda de preços reais para a maioria dos principais produtos da agricultura paulista no período 1985-93 (Tabela 5).

Outro fato muito importante para a estrutura dos estabelecimentos agropecuários paulistas é que o único item das receitas que cresceu em termos absolutos, no período 1985-93, foi o de prestação de serviços para terceiros. Ou seja: reduziu-se a importância das receitas oriundas das atividades agrícolas, pecuárias e outras fontes e cresceu a das realizadas fora do estabelecimento. Os serviços prestados a terceiros representavam, em 1993, quase 10% das receitas dos estabelecimentos agropecuários paulistas.<sup>6</sup>

Isso nada mais é, na nossa opinião, que o reflexo da crescente importância dos produtores *part-time* na agricultura do Estado de São Paulo, tema que não é possível desenvolver aqui.<sup>7</sup>

## OCUPAÇÃO E EMPREGO RURAL

Os dados da Prevs também permitem uma comparação com os dados do Censo Agropecuário de 1985 sobre a mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários. Vale a pena ressaltar que o conceito de ocupação utilizado nos Censos e na Prevs refere-se a todas as pessoas que tenham prestado qualquer tipo de trabalho nas



propriedades rurais, independentemente da idade e do tempo que permaneceram na atividade.

Verifica-se na Tabela 7 que a categoria dos trabalhadores familiares (incluindo o produtor ou administrador e os membros não-remunerados da família que prestam algum tipo de serviço no estabelecimento) foi a que mais perdeu, tanto em termos absolutos como relativos. A que mais ganhou foi a dos trabalhadores temporários – aliás, foi praticamente a única que teve um aumento tanto absoluto quanto relativo, porque entre as outras categorias, na verdade, aumentam os que não tiveram sua condição bem definida.

Essas mudanças no perfil da população ocupada na agricultura paulista, no período 1985-93, mostram que está havendo uma redução das unidades "familiares puras" e um forte crescimento de uma categoria híbrida que combina o trabalho familiar com o de assalariados temporários, o nosso *farmer* caboclo, parcialmente mecanizado (Graziano da Silva, 1995).

## EVOLUÇÃO DO EMPREGO AGRÍCOLA NOS ANOS 90

A Tabela 8 mostra que no período 1990-95, apesar de algumas oscilações, houve um pequeno aumento (1,5%) da demanda da força de trabalho agrícola para as 46 principais culturas no Estado de São Paulo. O pior desempenho ocorreu no ano de 1993, como consequência da maior retração de área cultivada dos anos 90.

Esse comportamento foi possível em função, principalmente, dos desempenhos da cana-de-açúcar, da laranja (especialmente no começo da década) e das olerícolas, que apresentaram aumentos de, respectivamente, 25%, 15% e 95% de demanda de força de trabalho. Também contribuíram as culturas de eucalipto (4%), mandioca (97%), seringueira (172%) e algumas frutíferas, como maracujá (134%), abacaxi (514%) e uva (6%). Destaque-se que algumas dessas culturas, apesar do enorme crescimento relativo, geraram, em termos absolutos, um número de empregos bem menor do que as citadas inicialmente.

As culturas que apresentaram as maiores quedas na ocupação da força de trabalho agrícola foram café (42%), algodão (44%), feijão (35%), banana (19%), arroz (27%), soja (7%) e pinus (16%), seguidas por outras de menor expressão quanto à extensão da área cultivada e à demanda absoluta da força de trabalho, como de pêssego, tomate rasteiro, figo, trigo e mamona.

Chama a atenção que apenas seis culturas (cana-de-açúcar, café, laranja, algodão, eucalipto e feijão) respondam por mais de 70% da demanda total de força de trabalho agrícola no estado. Se acrescentarmos as olerícolas, o milho, a banana e a uva atingimos 80% desse total.

**TABELA 7**

Participação Relativa do Pessoal Ocupado na Agropecuária  
Estado de São Paulo – 1985-1993

Categorias	1985	1993	Variação
<b>Total (N<sup>os</sup> Absolutos)</b>	<b>1.357.113</b>	<b>1.314.100</b>	<b>-43.013</b>
Familiares (%)	48,2	28,9	-42,0
Empregados Permanentes (%)	30,3	25,6	-18,0
Empregados Temporários (%)	17,7	39,5	116,0
Outras (%)	3,8	6,0	53,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agropecuário de 1985 e Prevs de 1993.

**TABELA 8**

Área Cultivada e Demanda da Força de Trabalho  
Agrícola Anual, segundo Produto  
Estado de São Paulo – 1990-95

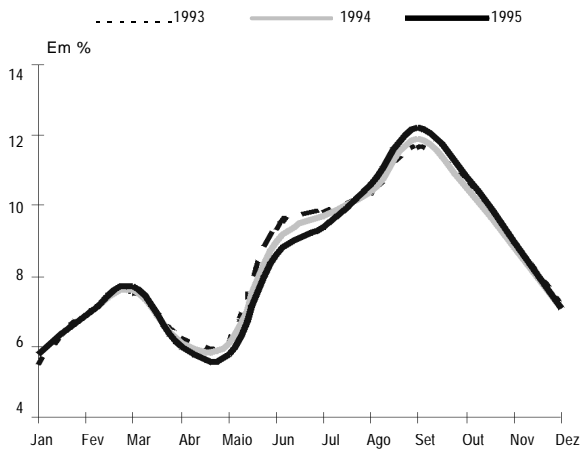
Produtos	Área			EHA		
	1995		Variação 90-95 (%)	1995		Variação 90-95 (%)
	Em 1.000 ha	Rel. (%)		Em 1.000 ha	Rel. (%)	
<b>Total</b>	<b>7.274,40</b>	<b>100,00</b>	<b>0,12</b>	<b>814,34</b>	<b>100,00</b>	<b>1,45</b>
Cana-de-Açúcar	2.707,50	37,22	28,25	360,82	44,31	25,41
Café	268,54	3,69	-46,72	96,07	11,80	-41,57
Olerícolas(1)	70,71	0,97	95,60	73,07	8,97	94,44
Laranja	763,47	10,50	9,76	62,03	7,62	14,45
Algodão	179,65	2,47	-40,28	30,19	3,71	-43,64
Eucalipto	696,39	9,57	8,79	29,61	3,64	4,11
Feijão	237,12	3,26	-35,50	21,07	2,59	-35,43
Milho	1.200,04	16,50	4,25	18,20	2,23	2,13
Banana	40,14	0,55	-6,98	18,15	2,23	-19,12
Uva	10,17	0,14	6,49	17,89	2,20	6,36
Cebola	14,39	0,20	-3,75	15,03	1,85	-4,39
Arroz	132,13	1,82	-39,69	11,28	1,39	-27,41
Mandioca	49,34	0,68	36,87	9,75	1,20	96,57
Soja	530,74	7,30	-5,43	9,31	1,14	-7,55
Batata	27,86	0,38	9,17	9,22	1,13	9,76
Amendoim	79,08	1,09	15,38	7,45	0,91	10,53
Seringueira	31,68	0,44	28,57	6,67	0,82	172,24
Pinus	181,47	2,49	-21,80	5,59	0,69	-16,57
Chá	4,44	0,06	-23,45	2,46	0,30	-20,39
Maracujá	4,80	0,07	172,73	2,32	0,28	134,34
Goiaba	3,24	0,04	43,36	2,32	0,28	0,87
Melancia	5,10	0,07	8,97	1,78	0,22	8,54
Pêssego	2,09	0,03	12,37	1,61	0,20	-12,97
Tomate Rasteiro	5,56	0,08	-32,69	0,90	0,11	-32,84
Abacaxi	3,81	0,05	486,15	0,86	0,11	514,29
Figo	0,39	0,01	-77,46	0,39	0,05	-77,06
Trigo	23,88	0,33	-87,12	0,21	0,03	-86,88
Mamona	0,67	0,01	-94,42	0,09	0,01	-95,14

Fonte: Fundação Seade.

(1) Incluem abóbora, abobrinha, alface, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, milho verde, mandioquinha, pepino, pimentão, quiabo, repolho, tomate envarado e vagem.

**GRÁFICO 1**

Sazonalidade da Demanda da Força de Trabalho Agrícola  
Estado de São Paulo – 1993-95



Fonte: Fundação Seade.

Sobre as olerícolas é importante destacar que, apesar de representarem 1% da área cultivada das 46 culturas analisadas, elas respondem por 9% do total da força de trabalho. Isso evidencia o caráter *labor intensive* dessa atividade, que demanda cerca de dez vezes mais mão-de-obra por hectare do que as culturas temporárias e permanentes (Fundação Seade, 1995).

Com relação à variação sazonal da demanda da força de trabalho agrícola no estado, pode-se dizer que ela intensifica-se no segundo semestre do ano, a partir de junho. Configura-se uma distribuição bimodal da força de trabalho, com um pico menor nos primeiros meses do ano (fevereiro, março) e um maior no segundo semestre (setembro), que pode ser observada no Gráfico 1.

Esse padrão de sazonalidade, com pico da demanda no segundo semestre, é muito influenciado pelas culturas da cana-de-açúcar, café e laranja, que apresentam maior necessidade de mão-de-obra nesse período e, como visto anteriormente, têm um peso significativo na demanda total da força de trabalho no estado.

As atividades de reflorestamento, fruticultura e olericultura, dados seus perfis de ocupação da força de trabalho durante o ano, juntamente com a utilização de modernas tecnologias em quase todas as operações de cultivo das principais culturas, têm contribuído para uma aparente diminuição da sazonalidade da demanda da força de trabalho agrícola, principalmente nos sistemas de produção mais modernizados (Fundação Seade, 1995).

Um agravante é que, na ausência de outras oportunidades de ocupação (agrícolas e não-agrícolas), essa maior estabilidade na demanda da força de trabalho pode (ou

deve) ser acompanhada por uma redução do número de empregos, haja vista o caráter poupador de mão-de-obra das modernas tecnologias (biológicas, mecânicas e químicas) em importantes culturas como a cana-de-açúcar, algodão, café, laranja, entre outras. Seria uma “estabilização perversa” da demanda da força de trabalho, com um padrão de sazonalidade mais homogêneo e um nível de emprego agrícola significativamente mais baixo.

Salienta-se, finalmente, que para captar o impacto das mudanças ocorridas no meio rural paulista é fundamental avançarmos na estimativa do emprego não-agrícola, com vistas a uma melhor compreensão do emprego rural como um todo. Mesmo porque, como dito anteriormente, as inovações tecnológicas disponíveis, principalmente relacionadas com a quimificação e mecanização dos tratos culturais e colheita, devem influenciar significativamente o nível de emprego agrícola nas principais atividades agropecuárias, tornando premente a necessidade de alternativas de ocupação para os trabalhadores rurais.

## CRESCIMENTO DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Nesta rápida caracterização das atividades não-agrícolas no meio rural paulista, é preciso destacar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior. São pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente variando de 0,1 a 1 hectare, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, ou com fácil acesso através das principais rodovias do estado.

As Estatísticas Cadastrais do Incra de 1978 revelam a existência de inexpressivos 18.482 sítios de recreio, ocupando uma área total de 896.586 hectares, num total de mais de 3 milhões de imóveis e quase 420 milhões de hectares em todo o país. No Estado de São Paulo, somam apenas 9.094 imóveis, com uma área de 306.954 hectares, num total de mais de 258 mil imóveis e 20 milhões de hectares recadastrados naquela data. Ocorre que o Incra classifica como sítios de recreio apenas os imóveis sem declaração de qualquer exploração agropecuária, ou seja, apenas aqueles com áreas de lazer. Embora uma parte significativa das chácaras de recreio seja destinada exclusivamente ao lazer, como é o caso dos “ranchos de pescaria”, é comum encontrar também – e provavelmente são muito mais representativas – unidades que combinam as atividades de fim de semana do proprietário e seus familiares com alguma atividade produtiva – agropecuária ou não – do seu morador, geralmente chamado de “caseiro”.

Muitas dessas chácaras de recreio apresentam atividades produtivas de considerável valor comercial, ultrapassando até mesmo a idéia corrente de "abater parte das despesas de sua manutenção". Em 1995, uma exposição desses pequenos imóveis rurais, realizada em São Paulo, estimou em cerca de 70 mil os pequenos chacareiros com atividades comerciais no Estado de São Paulo. Estes se dedicam principalmente à criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais, produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas). O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, elas contribuem para elevar ou para manter elevado o preço da terra, mesmo nos piores momentos de crise de preços dos produtos agrícolas. Segundo, expulsam as culturas intensivas que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de químicos, como as hortas e a fruticultura comercial das periferias dos grandes centros. Em lugar destas proliferam os pomares domésticos, mantêm-se as áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e inicia-se um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Terceiro, dão novo uso a terras antes ocupadas com pequena agricultura familiar, inclusive assalariando antigos posseiros e moradores do local, como "caseiros" e jardineiros e estimulam outras práticas de preservação, principalmente a de guardiões do patrimônio, imobilizado na ausência dos proprietários.

As chácaras de fim de semana representam, em nossa opinião, uma versão "terceiro-mundista" da política europeia das "duas velocidades", atribuindo-se aos pequenos produtores das regiões desfavorecidas a tarefa de guardiões da natureza e reservando às grandes explorações o papel produtivo clássico. Infelizmente, até agora, pouco tem sido feito para coibir os aspectos negativos desse importante fenômeno, como por exemplo, a especulação imobiliária, a sonegação fiscal e trabalhista e o desvio de recursos do crédito rural, que ocorrem com muita frequência.

Há, porém, aspectos positivos que, se devidamente direcionados, poderiam vir a ser objeto de novas políticas públicas. O primeiro é o do emprego: bem ou mal, o contingente de caseiros representa hoje um segmento expressivo dos trabalhadores domésticos que está por merecer uma atenção específica da legislação trabalhista brasileira. Segundo: a cessão da casa de moradia (e por vezes também do direito de manter uma horta doméstica e criações) que, em geral, acompanha o vínculo empregatício. Prefeituras do interior do Estado de São Paulo, por exemplo, têm desenvolvido verdadeiros programas habitacionais, visando recuperar casas abandonadas nas

antigas colônias das fazendas e disponibilizando meios de transporte público para os trabalhadores urbanos que aí vierem a residir. Terceiro: o uso menos intensivo do solo, de água e de outros recursos naturais tem favorecido um tipo de povoamento rural até então desconhecido num país que se caracteriza por grandes conglomerados urbanos.

Recente trabalho de Abramovay et alii (1996) reforça nossas considerações anteriores. Com dados obtidos a partir de questões sobre o uso de trabalho assalariado, introduzidas no questionário de 1991 na mesma amostra do IEA utilizada para a previsão de safras, os autores concluíram que:

- "a agricultura paulista é predominantemente patronal. Embora conte com dois terços dos imóveis, as unidades familiares entram com um terço do valor da produção agropecuária do estado;

- o desempenho econômico da agricultura familiar aproxima-se daquele verificado na média do estado, com exceção dos imóveis com menos de 20 hectares que não empregam qualquer tipo de trabalho assalariado(...);

- estes pequenos imóveis que não empregam assalariados e que possuem menos de 20ha têm renda agrícola baixa, mas intensificam o uso de mão-de-obra por unidade de área; como costuma ocorrer em situações tipicamente camponesas(...) seus habitantes conseguem compensar sua baixa renda agrícola com outras ocupações pelas quais acabam evitando a pobreza rural" (Abramovay et alii, 1996:17).

Os autores citados assinalam ainda que nas propriedades em que não há contratação de trabalho assalariado "muitos membros da família trabalham fora do imóvel, inclusive em ocupações não-agrícolas. É importante lembrar que são muito frequentes os casos de pequenos sítios que moram na cidade e deslocam-se para o sítio diariamente.

"As famílias agrícolas no Estado de São Paulo são menores que a média nacional, o que (...) limita a unidade produtiva como "refúgio" de mão-de-obra. Em outras palavras, a hipótese aqui levantada é de que a precariedade da situação agrícola dos menores imóveis (que não contratam nenhum trabalho assalariado) não é provavelmente sinal de que aí existe uma grande concentração de pobreza rural" (Abramovay et alii, 1996:16).

Evidentemente, isso somente é possível se a renda das ocupações não-agrícolas for suficientemente elevada para compensar a baixa renda dos membros das famílias que permanecem ocupados nas poucas atividades agropecuárias que ainda existem nesses pequenos imóveis, tema que trataremos adiante.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 1990, apresentados na Tabela 9,

**TABELA 9**  
Taxa de Crescimento Anual da PEA, por Situação do Domicílio, segundo Ramos de Atividade Estado de São Paulo – 1981-1990

Ramos de Atividade	Em porcentagem		
	Domicílio		
	Urbano	Rural	Total
<b>Total</b>	<b>3,3</b>	<b>4,3</b>	<b>3,4</b>
Agrícola	-2,6	-1,0	-1,7
Indústria de Transformação	2,6	9,8	3,0
Indústria da Construção	1,8	11,1	2,4
Outras Indústrias	0,9	-0,2	0,8
Comércio	4,9	12,7	5,1
Serviços	3,9	11,9	4,4
Serviços Auxiliares	6,5	20,2	6,8
Transporte e Comunicação	3,3	16,1	3,8
Social	5,0	13,6	5,2
Administração Pública	5,2	8,8	5,4
Outros	2,2	7,1	2,3
Procurando Emprego	1,5	7,3	1,7

Fonte: Fundação IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

permitem inferir um grande crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro, em especial no Estado de São Paulo. Note-se que enquanto o número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no Estado de São Paulo reduziu-se a uma taxa anual de 1,0% a.a., no período 1981-90 (em número absoluto diminuiu de 681 mil pessoas para 616 mil), o total de pessoas residindo no meio rural paulista aumentou 4,3% a.a., passando de 1 milhão para quase 1,5 milhão de pessoas, no mesmo período. Em 1990, de cada cinco pessoas residindo nos campos paulistas, apenas duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias; as outras três tinham um emprego rural em atividades não-agrícolas. São cifras surpreendentes para quem está acostumado a ouvir falar de redução do emprego no campo, em função da crescente mecanização das nossas principais culturas.

Os principais ramos de atividades não-agrícolas em que estavam ocupadas as pessoas que residiam na zona rural paulista eram: indústria de transformação e agroindústrias (17,8%); prestação de serviços pessoais (15,5%); construção civil (5,7%); comércio (5,0%); e prestação de serviços sociais (3,9%) .

Todos os ramos de atividades não-agrícolas apontaram um crescimento do emprego substancialmente elevado para o período, considerando-se a taxa média das pessoas ocupadas no meio rural, de 2,5% a.a.

É preciso dizer também que a urbanização da agricultura paulista vem-se acelerando não mais pelo crescimento da população economicamente ativa com domicílio urbano – os trabalhadores rurais volantes –, mas sim pelo

crescimento das atividades não-agrícolas da população economicamente ativa com domicílio rural. Os dados das PNADs mostram que a taxa de crescimento do contingente de pessoas ocupadas em atividades agrícolas com domicílio urbano (os trabalhadores rurais volantes), para o Estado de São Paulo, foi fortemente negativa: -2,81% a.a. Isso acarretou uma redução na proporção da PEA agrícola com domicílio urbano de 41,5%, em 1981, para 37,9%, em 1990.

A Tabela 10 aponta a atividade agrícola como a que proporciona a menor renda relativa das pessoas economicamente ativas com domicílio rural. No caso das pessoas com domicílio urbano, as atividades de serviços e da indústria da construção civil são as que oferecem renda inferior.

Verifica-se ainda que a relação entre a renda média das pessoas com domicílio urbano é sempre superior – e quase sempre muito superior – à renda média das pessoas residentes no meio rural num mesmo ramo de ocupação. Isso significa que as pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades agrícolas receberam as menores rendas no ano de 1990, fato que se repetiu nos anos de 1981 e 1986, com base nas mesmas informações da PNAD.

**TABELA 10**  
Distribuição Relativa e Renda Média Relativa da PEA, por Situação do Domicílio, segundo Ramos de Atividade Estado de São Paulo – 1990

Ramos de Atividade	Domicílio Urbano		Domicílio Rural		Relação Renda Urbano/Rural
	Distribuição (%)	Renda Relativa (1)	Distribuição (%)	Renda Relativa (1)	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>98</b>	<b>100,0</b>	<b>145</b>	<b>2,1</b>
Agrícola	2,7	100	41,2	100	3,1
Indústria de Transformação	26,5	103	17,8	214	1,5
Indústria da Construção	6,5	79	5,7	202	1,2
Outras Indústrias	0,9	138	0,9	196	2,2
Comércio	14,1	102	4,9	184	1,7
Serviços	18,0	61	15,6	125	1,5
Serviços Auxiliares	4,9	165	1,8	182	2,8
Transporte e Comunicação	4,6	134	2,6	259	1,6
Social	8,8	116	3,9	136	2,6
Administração Pública	4,3	132	2,1	259	1,6
Outros	3,8	158	1,2	236	2,1
Procurando Emprego	5,0	-	2,2	-	-

Fonte: Fundação IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.  
(1) Índice simples considerando a renda média da atividade agrícola = 100.

Pode-se dizer, então, que as pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades agrícolas têm basicamente "dois caminhos" distintos para aumentar sua renda: mudar para a cidade – o mecanismo clássico que alimentou o êxodo rural – ou mudar de ramo de atividade e continuar residindo no próprio meio rural, alternativa que parece desenhar-se como importante, a partir dos anos 80.<sup>8</sup>

Em função disso, o meio rural paulista não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. O meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e "novos" tipos de ocupações: - propiciar lazer aos paulistanos nos feriados e fins de semana através dos pesque-pague (especialmente as famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana;

- oferecer moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas);

- estimular atividades de preservação e conservação que propiciam o surgimento do eco-turismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas, como já ocorre com a Juréia (Vale do Ribeira) e a Serra do Japi, por exemplo.

- abrigar um conjunto de atividades tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural, em função da urbanização do trabalho rural assegurada com a igualdade de trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos).

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário; muito menos o paulista. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais do estado, já não pode ser explicado apenas pelo calendário agrícola e pela expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas – como a prestação de serviços, o comércio e a indústria – que, cada vez mais, respondem pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista.

## NOTAS

1. Adotando um conceito mais estrito de agroindústria, excluímos da presente análise atividades como fabricação de laminados, fios, espumas e artefatos de borracha, preparação e fabrico de conservas de pescado, fabricação de balas, chocolates, gomas de mascar, produtos de padaria, confeitaria, massas alimentícias, biscoitos, sorvetes, cigarros e outros.

2. É basicamente a mesma metodologia utilizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos nas suas pesquisas agrícolas. Ver a respeito Schwartzman (1995). A coleta foi realizada nos meses de outubro e novembro de 1993, tendo como data de referência o dia 30/09/93 para pessoal ocupado e o período de 01/01/93 a 30/09/93 para os valores de receita e despesa total.

3. Isso significa que, ao contrário do que ocorre com os dados censitários, há um erro associado a cada uma das estimativas. Os coeficientes de variação (que nesse caso medem o erro amostral) das variáveis aqui utilizadas (pessoal ocupado, receita e despesa total) variaram entre 44,4% e 49,7% no caso de São Paulo.

4. A Prevs permite separar essas despesas, ficando aproximadamente metade do valor para mão-de-obra e metade para máquinas e equipamentos, no ano de 1993.

5. É possível que parte desse crescimento dos salários pagos se deva a uma maior contratação direta dos trabalhadores volantes pelos proprietários rurais depois dos movimentos grevistas de 1984-86. A esse respeito, ver Graziano da Silva (1993). As informações disponíveis não permitem, todavia, quantificar essa possibilidade.

6. Se considerarmos apenas os estabelecimentos cuja atividade principal é a agricultura, a participação dos serviços prestados a terceiros é ainda maior: 15,6%.

7. Ver a respeito Schneider (1995).

8. É oportuno salientar que somente a renda média das pessoas residentes no meio rural ocupadas em serviços pessoais era inferior às ocupadas em atividades agrícolas nas PNADs de 1981 e 1986.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. et alii. *Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo*. São Paulo, 1996 (versão preliminar).
- BALTAR, P.; DEDECCA, C. e HENRIQUES, W. *O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80*. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, Relatório de Pesquisa, 1982.
- BELIK, W. *The food industry in Brazil. Towards a restructuring?* Research Papers nº 35. London, Institute of Latin American Studies, University of London, 1994.
- CAMARGO, A.M. et alii. "Alteração na composição da agropecuária no Estado de São Paulo". *Informações Econômicas*. São Paulo, IEA, v.25, n.5, maio 1995, p.49-80.
- CARRER, C. *A pecuária de corte e a agroindústria no Brasil: reestruturação e sintomas de mudanças*. (Trabalho de conclusão da disciplina HO 606). Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1995.
- FUNDAÇÃO IBGE. *Pesquisa de Previsão e Acompanhamento de Safras (Prevs) – Dados Econômicos São Paulo*. Rio de Janeiro, 1994.
- FUNDAÇÃO SEADE. "Estimativa da força de trabalho na agricultura do Estado de São Paulo". *Coleção Análises e Ensaios*. São Paulo, 1995 (no prelo).
- GASSON, R. *The economics of part-time farming*. Longman, England, 1988.
- GRAZIANO DA SILVA, J. "Los trabajadores de los cañaverales paulistas: de "boias-frias" a empleados rurales". In: GÓMEZ, S. e KLEIN, E. (eds.). *Los pobres del campo: el trabajador eventual*. Santiago de Chile, Preal/OIT, 1993, p.11-41.
- \_\_\_\_\_. J. "Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil". XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. *Anais...* Curitiba, 1995.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). *Série Informações Estatísticas da Agricultura*. São Paulo, 5(2), 1994.
- \_\_\_\_\_. *Anuário de Informações Estatísticas da Agricultura*. São Paulo, 1995 (prelo).
- MIELITZ, C. *A modernizada pecuária de corte no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, 1994.
- NEGRI NETO, A. e COELHO, P.J. "Distribuição das agroindústrias selecionadas nas Divisões Regionais Agrícolas (Diras) do Estado de São Paulo entre 1978 e 1989". *Informações Econômicas*, São Paulo, IEA, v.25, n.2, fev. 1995, p.61-73.
- PESSANHA, D. "O pecuarista-expositor e a distinção ostentatória". XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. *Anais...* Curitiba, v.2, 1995, p.1.265-1.282.
- SCHNEIDER, S. "As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial". *Ensaios FEE*. Porto Alegre, v.16, n.1, 1995, p.105-129.
- SCHWARTZMAN, S. *O presente e o futuro do IBGE*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1995.
- VEGRO, C.L.R. "Competitividade da indústria brasileira de café". *Informações Econômicas*. São Paulo, IEA, v.25, n.2, fev. 1994, p.65-72.
- VEGRO, C.L.R. e SATO, G.S. "Fusões e aquisições no setor de produtos alimentares". *Informações Econômicas*. São Paulo, IEA, v.25, n.5, maio 1995, p.9-21.